

60 anos da
IV Internacional:
Em defesa
do Marxismo.



**Privatização da Telebrás amplia entrega do país
ao imperialismo. Abaixo as privatizações!**

Reestatização das privatizadas sob controle operário!

Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC!

Por uma Frente Única Antiimperialista!



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 156 - 1ª QUINZENA DE AGOSTO DE 1998 - R\$ 1,00

Quinzena do Movimento Operário

Operários páram contra cortes na Continental

Os trabalhadores da Continental, da Moóca, cruzaram os braços no último dia 20 para protestar contra as demissões de 130 dos 3.100 trabalhadores e forçar a empresa a abrir negociação com o Sindicato. Em novembro passado, a Continental demitiu aproximadamente 250 operários.

Estado de greve nas usinas de açúcar

Os 50 mil trabalhadores do setor de usina

de açúcar do Estado de São Paulo decretaram estado de greve e podem parar suas atividades para assegurar benefícios. Os patrões oferecem 2% de reajuste condicionado à redução dos adicionais de horas extras de 100% para 50% e de 75% para 50% no noturno. A categoria reivindica 3,5% de reajuste, participação nos lucros ou resultados (PLR) e fornecimento de cesta básica.

Têxtil protesta na Tognato

Demitidos há 45 dias e sem receber as verbas rescisórias, aproximadamente 220 ex-funcionários da Tognato fizeram ato de protesto diante da fábrica, em São Bernardo. O ato foi dirigido pelo Sindicato dos Têxteis do município.

Gráficos fazem greve na Lumicart

Os 120 trabalhadores da Lumicart pararam suas atividades na última segunda-feira para exigir o pagamento dos salários de julho e cumprimento da convenção coletiva, como PLR e cesta básica. A empresa também deixou de fornecer o vale-transporte.

Metroviários decidem se param na próxima quarta-feira

Os metroviários vão decidir, em assembléia, se fazem uma paralisação na próxima quarta-feira (05/08) para exigir da direção do metrô a abertura de negociações com o sindicato sobre a participação nos lucros ou resultados (PLR).

Notas sindicais

Plenária aberta da CUT

A direção da CUT está convocando para o dia 28 de agosto uma plenária aberta/ato público pelo emprego em São Paulo. Essa atividade faz parte da comemoração dos 15 anos da CUT.

Certamente, a orientação da Plenária/Ato estará voltada para as eleições gerais de outubro. A militância e as bases deverão rechaçar o eleitoralismo e defender um plano de ação contra o desemprego, fome e miséria.

O POR intervirá na plenária propondo uma campanha pelo fim do Plano antinacional e antipopular de FHC. Levantará a necessidade de se constituir uma frente única antiimperialista, sob a direção da classe operária e com um programa revolucionário.

Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ensino (CNTE)

O XXVII Congresso da CNTE ocorrerá de 13 a 17 de janeiro de 1999, em Goiânia. As teses deverão ser entregues até

15 de setembro. O critério de delegação é de 11 delegados para 400 sócios das Entidades. A inscrição de suplentes é na proporção de 20% dos sócios a que tem direito. O prazo para a inscrição de delegados e suplentes é até 28 de novembro.

A tese da Corrente Proletária da Educação será discutida com membros da oposição e simpatizantes do POR.

Rechaçamos submeter a CNTE ao eleitoralismo

A direção da CNTE aprovou "um plano de lutas" para o segundo semestre, cujo "eixo de mobilização deverá ser as eleições de 98". Segundo o informe, será convocada a participação no Grito dos Excluídos previsto para o dia 7 de setembro e a produção de materiais acerca das eleições. Serão denunciados "os candidatos que votaram contra os interesses dos trabalhadores".

Como se vê, a CNTE não está disposta à luta. Para ela, o que está em jogo não são as reivindicações dos trabalhadores mas sim a disputa eleitoral. A direção da CNTE é parte da burocracia sindical liderada pelo PT, somando-se a ela os estalinistas do PCdoB, que compõem a frente popular. Em nenhum momento trabalhou pela unificação nacional dos trabalhadores contra a ofensiva de destruição da escola pública. Recentemente, os professores federais ficaram cem dias em greve, chegando a fazer greve de fome, e não vimos a atuação da CNTE em favor da unificação.

Os reformistas dizem que vão denunciar os que votaram contra os interesses dos trabalhadores. Muito bem, é instrutivo. Porém, é preciso denunciar

também todos aqueles que votaram contra mas se submeteram à votação em nome da democracia burguesa. Não foi esse o comportamento do PT e PCdoB? Mais ainda, é necessário denunciar o parlamento como instrumento da burguesia, voltado a governar contra a vida das massas e submetido ao manejo do grande capital. Denunciar apenas os que votaram contra os trabalhadores para defender o parlamento e o voto nos supostos parlamentares dos trabalhadores é uma farsa eleitoral.

É essa política e conduta que explicam por que a CUT, CNTE e sindicatos comparecem amordaçados frente aos ataques de FHC contra a vida da classe operária, dos camponeses pobres e da classe média urbana arruinada.

O POR rechaça a demagogia eleitoral da direção da CNTE e defende que se lance uma verdadeira campanha de defesa das reivindicações dos trabalhadores e pela derrubada do Plano FHC. Será através de greves, mobilizações e rua, ocupações etc. que os explorados se defenderão contra os capitalistas e avançarão sua organização independente.

Congresso da Apeoesp

O Congresso da Apeoesp ocorrerá entre 12 a 14 de novembro em Serra Negra. No dia 14 de agosto, o Conselho Estadual de Representantes aprovará o temário e os critérios para a eleição dos delegados.

O POR iniciará suas reuniões para debater o temário, com o objetivo de elaboração das teses da Corrente Proletária da Educação.



O reformismo e a burocracia sindical também são responsáveis pela entrega da Telebrás

O presidente da Federação dos Trabalhadores Telefônicos prometeu que colocaria 30 mil manifestantes na Bolsa do Rio. Disse que viriam caravanas de todo país. O que afinal ocorreu? No máximo mil manifestantes estiveram no local do leilão, enquanto que o aparato militar contava com 3 mil homens, armados como se fosse para guerra.

A direção da CUT não teve o mínimo de interesse em mobilizar, ainda que fosse para um protesto inócuo das caravanas, como sempre faz. Os sindicatos vinculados a ela seguiram a mesma linha de passividade. O PT procurou desvincular a manifestação de sua atuação eleitoral. O candidato da frente popular, com sua corte de burocratas eleitores, ficou bem longe dos acontecimentos, pedindo que os trabalhadores do ABC contribuíssem com o cofrinho de Lula. A exceção coube ao MST.

O cenário de repressão montado pela tropa de choque se deveu à militância de esquerda mais aguerida, com uma mínima participação popular. Uma centena de lutadores foi o suficiente para que as bombas de gás lacrimogêneo tomassem conta da zona de proteção militar. Com balas de borracha, cães e veículos militares, a tropa atacou os manifestantes, que responderam com pedras.

A Bolsa sitiada pela polícia ficou a distância do confronto. No seu interior, uma centena de representantes do grande capital nacional e internacional pôde disputar o maior patrimônio estatal, como urubus sobre a carniça. O esquarteramento do complexo Telebrás já tinha sido feito pelo governo vendilhão, sob a orientação inicial do

defunto Sérgio Motta e depois pelo seu sucessor Luiz Carlos Mendonça de Barros. Mas por detrás dessa "operação técnica" esteve o imperialismo, que impôs ao governo a entrega da Telebrás.

No interior da Bolsa, tranqüilamente protegido, o capital internacional arremataria a maior parte do complexo. Um ínfimo grupo de burgueses nacionais ficaria com um dos membros dissecado. Outros comporiam com o capital imperialista (estrangeiros). Mas o fato é que a guarda nacional estava ali com seu aparato militar para salvaguardar os interesses do grande capital internacional. Enquanto isso, os burocratas sindicais e reformistas eleitores ou viam pela televisão o espetáculo montado pelo governo neoliberal ou estavam em campanha eleitoral, isso se não estavam manipulando o cofre dos sindicatos para seus interesses pessoais.

Durante todo processo de privatização, não fizeram senão resmungar sobre o baixo preço da venda. A maior ameaça prometida pelos burocratas era entrar com liminares na justiça, para assim ganhar notoriedade jornalística. E assim fizeram, dando chance ao governo de chutar-lhes o traseiro.

Os burocratas e reformistas cantam a soberania nacional mas se ajoelham diante da determinação do governo e da burguesia em comprometer a ainda mais. Alertam que virão demissões, mas desarmam a CUT e os sindicatos frente à ofensiva antinacional e antipopular do governo. Queixam-se que o Congresso Nacional (parlamento) está submetido às reformas neoliberais, mas santificam a democracia burguesa e convocam os trabalhadores

a se conformarem com ela. O governo pró-imperialista vai até as últimas consequências na desnacionalização entreguista; os reformistas da frente popular então propõem um projeto alternativo, que privatiza à meia.

Tudo não passa de jogo de cena de disputa eleitoral, tendo à frente o caudilho Lula, tido por algumas esquerdas como referência dos explorados. Finalmente, os reformistas e frentepopulistas culpam os trabalhadores de que não querem lutar. Entretanto, só a classe operária pode encabeçar um movimento ant imperialista. Falta-lhe o partido revolucionário e uma direção classista nos sindicatos.

A superação da crise de direção começa por rechaçar a colaboração do reformismo e das direções sindicais com a política pró-imperialista do governo. Nossa tarefa é constituir uma frente única antiimperialista, com um programa de defesa da vida das massas e de destruição do capitalismo pela revolução proletária.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Publicamos abaixo o manifesto do POR distribuído na manifestação contra o leilão de privatização da Telebrás no Rio de Janeiro

Abaixo a privatização da Telebrás! Abaixo as privatizações! Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC! Pela frente única antiimperialista!

Nacional

A que servem as privatizações?

As privatizações são um instrumento de duplo favorecimento ao capital financeiro internacional. Servem para criar condições ao governo de manter o parasitismo financeiro (pagamento de juros das dívidas externa e interna) e transferem o controle de setores inteiros da economia para as mãos dos grupos estrangeiros.

Já está definido que os 15 bilhões de dólares a serem arrecadados com a venda das ações da Telebrás servirão para reduzir a dívida pública, que já

gem.

E quem são os mais fortes pretendentes à compra da Telebrás? Justamente os grupos econômicos europeus e norte-americanos, os maiores credores do país. Abocanharão a 15ª empresa de telecomunicações do mundo praticamente de graça. E continuarão credores de centenas de bilhões de dólares, que implicam numa transferência de dezenas de bilhões anuais para suas mãos.

O monopólio privado age contra a nação

A Telebrás consistia num monopólio estatal. Isso permitiu que se desenvolvesse sem a concorrência desigual dos monopólios estrangeiros. A empresa gera um lucro anual de 3,9 bilhões de dólares ao governo. Agora, esse gigante passará a ser monopólio privado. Isto porque a sua

venda por setor de atuação em bloco levará a formação de monopólios particulares em cada setor, que assumirão o controle de cerca de 85% de todo o serviço prestado no mercado. As empresas chamadas de "espelho" pelo gover-

nar? Sem concorrentes à altura, os monopólios agirão como monopólios e ditarão as regras para a população, vista evidentemente como mais um mercado a ser explorado.

A privatização da Telebrás será uma perda de receita do governo, que deixará de arrecadar os 3,9 bilhões de dólares em lucros da estatal. Seus compradores recuperariam o investimento da compra em 4 anos, isto se tivessem de esperar por isso. Mas como o dinheiro vai voltar logo por meio de pagamento de juros, a empresa lhes será entregue praticamente de graça.

Privatização se dá apressadamente sob as ordens do imperialismo

A privatização da Telebrás está sendo feita a toque de caixa, com grandes vantagens aos compradores, porque há uma forte pressão do imperialismo para que o país consiga levantar os bilhões necessários para garantir os investimentos estrangeiros, sob a ameaça de desvalorização pela crise econômica mundial. A venda da Telebrás será feita em bloco, o que acelerará sua compra e colocará rapidamente à disposição do governo os bilhões que estarão voltados a garantir o pagamento dos compromissos para com os parasitas do mercado financeiro.

O estatismo é progressivo em oposição ao aumento do controle do imperialismo. Quer dizer que a propriedade estatal sobre as empresas que controlam os setores estratégicos da economia e outros choca-se contra a pretensão imperialista de avançar seu domínio e opressão sobre a nação atrasada. A burguesia nacional, que nasceu e tem vivido há séculos dependente de sua progenitora imperialista, mostra-se incapaz de defender a soberania nacional. Ao contrário, é instrumento para ampliação do controle externo sobre a nação. Contenta-se em ficar com migalhas que o imperialismo lhes joga, quando este penetra no mercado interno e esmaga uma parte de sua cria. Até os setores que antes posavam de naciona-

chega a 348 bilhões de dólares, aí somadas as dívidas interna e externa. Somente de juros, paga-se sobre essa fábula 50 bilhões de dólares por ano. Os bilhões provenientes da venda da Telebrás são uma gota d'água neste mar de agiota-

ção, que seriam suas supostas concorrentes, não serão responsáveis por mais de 15% do mercado, e apenas nos 95 maiores municípios do país. Diz o governo que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) irá fiscalizar os serviços. Que piada! Qual o monopólio que se submeterá a uma agência que sequer tem o número de funcionários suficiente para funcio-



Repressão policial contra manifestantes no Rio.

4

listas colocam-se de joelhos diante da política neoliberal entreguista, ditada pelos organismos internacionais para sustentar o parasitismo financeiro e favorecer o comércio das multinacionais.

Para defender as estatais

A oposição reformista (PT e aliados) ao governo entreguista de FHC coloca-se contra a privatização da Telebrás, porque a considera estratégica na economia e para a soberania nacional. Trava a luta judicial por meio de ações e liminares e convoca um protesto de vanguarda.

O Poder Judiciário integra o Estado burguês, instrumento de preservação do poder da classe dominante e exploradora. Agirá em favor da maioria burguesa, a qual está de joelhos diante do imperialismo, que exige a entrega da estatal. Quem pode duvidar de que, no final das contas, por mais idas e vindas que dê, a justiça burguesa abrirá o caminho para a privatização? A luta contra as privatizações não pode ser vitoriosa no campo da disputa judicial, manipulada pelos capitalistas.

O protesto de rua contra a privatização é uma medida correta. Mas falta a ação do movimento operário. Sem a paralisação da produção, a burguesia não estará sob pressão suficiente para conter a entrega da estatal. É preciso chamar os trabalhadores a tomarem em suas mãos a defesa das estatais. O método é o próprio da classe operária: a ação direta - as greves, ocupações, bloqueios etc. A defesa das estatais se dá com a luta pelo controle operário da produção.

As privatizações são parte do pla-

no antinacional e antipopular de FHC, que expressa a política neoliberal, ditada pelo imperialismo. Algumas direções têm abraçado a tese das privatizações, discordando apenas de aspectos. Vicentinho, por exemplo, contesta apenas o valor fixado para a venda e o controle estatal, não rechaçando a venda em si. É um erro ficar julgando quais privatizações são justas e quais não são. Todas elas servem ao mesmo propósito. Juntamente com elas efetiva-se a destruição dos serviços sociais públicos, como a saúde, educação, previdência, a reforma administrativa, a criação e elevação de impostos etc. Tudo isso serve para arranjar dinheiro a ser entregue aos especuladores sobre a dívida pública.

Esse plano tem de ser combatido no seu conjunto. E o método é a mobilização unitária e nacional de massas para pô-lo abaixo.

Luta antiimperialista e anticapitalista

A luta contra o plano de fome de FHC choca-se contra os interesses do capital financeiro internacional, portanto assume caráter antiimperialista. Luta que não será assumida pela burguesia nacional, completamente incapaz de brigar com seus senhores. Transforma-se em luta anticapitalista. Lutamos pela constituição de uma frente única antiimperialista, de luta, oposta às frentes eleitoreiras, que cumprirá um importante papel nesse sentido. Chamamos as organizações sindicais, camponesas, do movimento popular, os partidos e correntes de esquerda a se colocarem por essa tarefa, que é oposta ao eleitoralismo, que engana as massas com a ilusão de solução dos problemas pelo voto.

A defesa de cada reivindicação da população oprimida, como salário, emprego, saúde, educação, previdência, terra, moradia etc. choca-se contra o plano de fome de FHC e coloca-se no sentido da luta contra o sistema de exploração do trabalho. No horizonte, aponta para a revolução proletária. Por isso, a luta conseqüente por essas reivindicações não é compatível com a defesa do apodrecido sistema capitalista. As tentativas de buscar remédios para o plano de FHC ou para o capitalismo que se decompõe internacionalmente atacando profundamente as condições de vida (ou sobrevida) das massas se frustrarão.

O caminho para vencer depende de os trabalhadores tomarmos em nossas próprias mãos, com nossos métodos de luta próprios, a tarefa de defendermos nossas condições de vida e impedirmos que se descarregue a crise capitalista internacional sobre a nação. Cumprirá um papel fundamental nesse processo a construção de um partido operário revolucionário, que trabalhará incansavelmente pela revolução proletária e pelo socialismo.

Nacional



Campanha Financeira do POR

O POR (Tendência pelo Partido Operário Revolucionário) tem como princípio organizativo e programático que o sustento da atividade política revolucionária deve estar fundamentado na contribuição motivada pelo apoio às idéias e prática revolucionárias. O sustento material do partido está ligado indissolúvelmente à sua independência política, um não pode existir sem o outro. Jamais haverá um partido autenticamente proletário que seja mantido por meios estranhos ao proletariado (ajuda de capitalistas, corrupção, parasitismo nas organizações de massa etc.). E qualquer corrente que queira se construir como revolucionária fracassará e se degenerará ao se envolver com

esse tipo de "arrecadação de fundos".

O POR mantém suas atividades e organização por meio das cotizações de militantes, venda de seus materiais e das campanhas financeiras. Dessa forma, pratica o princípio do autofinanciamento. Significa que a luta em defesa do programa da revolução proletária mantém a si própria. Para o POR, a campanha financeira é mais um aspecto dessa luta. Por isso, ela se apresenta como elemento para avanço da organização partidária. Uma organização que corresponde ao programa de destruição do capitalismo. Por isso, está oposta desde a raiz às campanhas financeiras eleitoreiras, que servem para ajudar a manter as ilusões dos explorados na farsa da

solução dos problemas pelo voto. A campanha do POR é parte da luta para acabar com essas ilusões, para ajudar as massas a tomarem em suas próprias mãos a solução de seus problemas, caminhar rumo à destruição do regime de exploração do trabalho.

A contribuição à campanha financeira do POR é um meio de ajudar a construir o partido revolucionário, e assim preparar o caminho para a revolução.

Os pontos do programa do PT

No Massas 155 analisamos o questionamento ao Programa da frente popular feito pelos adversários eleitorais. Em sua essência, é que o PT não diz de onde tirará o dinheiro para

implementá-lo e que é irreal frente às condições econômicas do país. Ficamos de dar continuidade no Massas 156.

Por esse questionamento, até parece que os pontos do programa consumiriam uma fábula de recursos e que trariam grandes transformações. Na verdade, trata-se de um limitado programa reformista. Aliás, contraditório por não expressar posições e medidas antiimperialistas. Um programa reformista não antagônico às pressões do capital internacional mostra-se de início comprometido. Mas no fundo de tudo está o capitalismo monopolista em crise.

Em termos de recursos, há de sobra. O próprio Lula refere-se a mais de 20 bilhões desperdiçados pelo governo FHC com o PROER, destinado a salvar bancos falidos. Sabemos que outras centenas de milhões tem o mesmo destino. Mas existe uma outra fonte líquida e certa: o envio líquido de mais de 30 bilhões de dólares para os credores estrangeiros e o pagamento de outros 20 bilhões para os credores internos. A dívida interna e externa soma 348 bilhões de dólares. O que rende aos capitalistas cerca de 50 bilhões de dólares anuais. Trata-se inclusive de uma massa financeira parasitária, não aplicável à produção. Há ou-

tras fontes provenientes da acumulação capitalista.

A frente popular e os economistas do PT sabem de tudo isso e muito mais. Entretanto, respondem vagamente ao questionamento dos adversários com a tal da reforma fiscal, em que se taxaria as grandes fortunas. Ocorre que toda essa discussão interburguesa visa a obscurecer o fato de que, sob o capitalismo putrefato, não há lugar para melhoria das condições de vida das massas. A frente popular, o PT e a candidatura de Lula têm por conteúdo de classe a defesa do capitalismo e por tática a conciliação entre exploradores e explorados.

Isso explica por que o reformismo é incapaz de desenvolver uma oposição revolucionária ao governo antinacional e antipopular de FHC. Não tem um programa a ser conquistado pela via da luta de classe, ou seja, pelos métodos da ação coletiva do proletariado. A simples discussão de onde viria o dinheiro para se realizar pequenas reformas na atrasada estrutura semicolonial do país e na gigantesca miséria das massas indica que tudo depende do Estado. Ou seja, da aceitação e disposição dos capitalistas. Estes se encontram empenhados em administrar a crise crônica do seu sistema de exploração. Enquanto o poder econômico e político estiver em suas mãos, o que inclui o poder militar, o Estado estará voltado contra as massas. Seja lá que governo for, terá de agir de acordo com esta determinação objetiva do capitalismo e das condições históricas em que se encontra a classe capitalista.

A frente popular apresenta um programa adaptado aos interesses gerais da burguesia, cuja diretriz é de desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. Se a burguesia pudesse aplicá-lo, e não podemos desconhecer que quem aplica qualquer medida do Estado burguês é em última instância a burguesia, seria positivo para a acumulação de capital num quadro tranqüilo de colaboração de classes.

Existem premissas econômicas para esse objetivo, desde que se isole o Brasil da economia internacional. O reformismo frentepopulista procura se apoiar em tais premissas, como a quantidade de terras improdutivas,

as milhares de pequenas e médias empresas subutilizadas, uma tecnologia concentrada nas mãos dos monopólios, um mercado interno potente, mas restringido pela pobreza das massas e pelo atraso regional, um salário mínimo muito baixo, vasta mão-de-obra desempregada etc. Assim, se calcula quantas famílias de sem-terra poderiam ser assentadas em latifúndios improdutivos, o quanto se poderia favorecer a pequena e média indústria, reduzir a jornada de trabalho e aumentar o valor do salário mínimo, enfim o quanto o mercado interno ganharia com tais medidas.

Como se vê, do ponto de vista capitalista, não há nada que subverta a ordem. O problema está em que a burguesia não pode assumir esse programa, uma vez que está completamente sob a dependência do capital financeiro imperialista. Para aplicá-lo, mesmo sendo tão mesquinho, teria de romper com o controle externo. Precisaria sacrificar interesses de alguma parcela do capital. Estaria obrigada a enfrentar a crise de superprodução mundial, que lança as potências a restringir a participação das semicolônias no mercado externo. Mas a economia interna funciona de acordo com as leis gerais do capitalismo que é mundial.

Sob a intensa crise geral, a burguesia brasileira, como de resto toda burguesia semicolonial, está condicionada pelos interesses expressos pelo capital imperialista. Ou seja, pelo carro chefe da economia mundial. As forças produtivas nacionais são parte das internacionais. Mesmo que os condicionamentos não sejam mecânicos, a poderosa crise estrutural impõe limites que não poderão ser rompidos pelos métodos da economia política burguesa. No caso, pelos meios econômicos-políticos a serem praticados pela burguesia nacional, como pretende o PT com sua estratégia de governo frentepopulista (governo democrático e popular), governo de aliança com partidos burgueses.

(No próximo número de Massas, continuaremos a análise crítica do programa da frente popular)



A família, fonte de opressão sobre a mulher

O crescimento de agressões sobre a mulher deu lugar a uma série de pesquisas. As reportagens a respeito demonstram que se trata de um mito a idéia de que a maior parte das agressões são provocadas por estranhos.

Surpreendentemente, as pesquisas comprovam que a fonte do maior número de violência contra a mulher está dentro de casa. O estupro, por exemplo, é praticado principalmente pelo pai, o segundo maior número é pelo padrasto, depois vem outros familiares e em seguida vizinhos.

Uma pesquisa feita em São Paulo mostra que 85% das agressões ocorrem dentro da própria família. Confirma-se que, no mundo, uma em cada quatro meninas sofre agressão sexual no interior do lar. Estima-se que, nos Estados Unidos, duzentas mil jovens sofrem abuso sexual familiar por ano. Grande parte das agressões, como estupro, espancamentos etc., é abafada, não sofre nenhuma denúncia e punição.

Um outro dado estarrecedor diz respeito ao assassinato de mulheres. Uma parcela significativa é praticada por familiares.

O medo e o terror das vítimas em denunciar seus algozes, como no caso do estupro e espancamentos, fazem da vida de milhares de mulheres um inferno.

A família, tão propalada pelo Papa como santificada, é um verdadeiro inferno. Ela é a célula de funcionamento da sociedade de classe, onde começa e termina a exploração. Conforma o tecido social que alimenta o individualismo, os interesses mais mesquinhos e expressa as mais aberrantes perversões, como o estupro da filha pelo pai, da sobrinha pelo tio, da irmã pelo irmão.

Os tremendos desequilíbrios sociais provenientes das relações de exploração e a crescente desumanização, pois o capitalismo é a sociedade da violência de classe contra os explorados, fonte de todo tipo de enfermidade mental, refletem

no interior da família como opressão contra a mulher.

Esta compreensão é fundamental para se entender que não há lugar para reformas no capitalismo que possam livrar ou mesmo amenizar significativamente a violência contra a mulher. É preciso destruir a sociedade de classe e, com ela, a forma de existência da família.

Somente uma nova relação de produção - a socialista - , base para a sociedade sem classes, poderá criar um homem novo, livre das enfermidades mentais e das taras desenvolvidas pela opressão de classe. Eis por que construímos o Partido Operário Revolucionário em torno do programa da revolução proletária.

Nacional

Desemprego

Governo quer acabar definitivamente com qualquer direito social diante da demissão

Depois de acabar com milhares de empregos, gerados pela estagnação econômica, de cortar vários direitos trabalhistas com o "emprego temporário", o Governo FHC, através de seu Ministério do Trabalho, vem agora com a idéia do "desemprego temporário".

Segundo a proposta, em fase de estudos, nos períodos em que houvesse redução no consumo das mercadorias, gerando-se assim alta de estoques, em que normalmente as fábricas dariam férias coletivas, o governo liberaria a que estas empresas pudessem demitir massivamente seus funcionários, sem o pagamento das taxas rescisórias.

Em troca, a empresa se comprometeria a recontratar esses mesmos funcionários quando a situação do estoque se regularizasse.

Como podemos perceber, a idéia com que o Ministro do Trabalho, sr. Edward Amadeo, pretende nos enganar, ao afirmar que esta medida diminuiria o desemprego, é que a carga pelo operário, que no momento não estaria produzindo devido a sobreprodução, seria bancada pelo Estado, através de um fundo que se chamaria "bolsa de qualificação" e funcionaria nos moldes do seguro-desemprego.

Isto ao invés de ser bancada pelos capitalistas, que são os responsáveis por este processo, além de fornecer-lhes um exército industrial de reserva particular e bem treinado.

Enquanto fatos como este acontecem, a burocracia sindical fica muda, não mexe uma palha para pôr a classe em movimento contra esses abusos da burguesia e seu governo. Preocupa-se mais em fazer campanha elei-

toral para seus candidatos, enquanto segue a opressão aos trabalhadores.

Está na hora de organizarmos instrumentos de base que nos fortaleçam para expulsar a burocracia dos sindicatos, é necessário a formação de comandos de mobilizações nas categorias para impulsionar a luta contra o plano de fome de FHC. Somente assim, organizando e mobilizando até a greve geral é que conseguiremos barrar essa ofensiva governamental.



60 anos da IV Internacional

O POR estará realizando uma série de atividades ao redor dos 60 anos da IV Internacional. A revista Socialismo Científico nº 6 será dedicada à luta em defesa do marxismo, contra a degeneração estalinista. Estaremos estudando os principais textos da oposição de esquerda no curso de formação política permanente (em São Paulo, inicia em 09/08/98). E participaremos e organizaremos debates sobre o tema.

PCO apóia candidatura da frente popular

Antes mesmo da realização da Convenção Nacional, os jornais burgueses publicaram o apoio de PCO a Lula. O que mostra que tudo já estava decidido de antemão. Em eleições passadas, essa corrente apoiou a frente popular

com o argumento de que Lula é uma referência para o movimento operário e que sua candidatura permite expressar a independência de classe.

Curiosamente, faz uma distinção entre a candidatura de Lula e a frente popular, como se nada tivesse uma coisa com a outra. Apesar de toda demonstração de que o PT, a frente popular e o caudilho Lula não expressam em nada o movimento operário e camponês, o PCO continua com sua cantilena.

Não é de estranhar o fato dos artigos do jornal Causa Operária de 8 de julho desconhecem os acontecimentos que rodearam Lula nos últimos tempos. Vejam que não se trata apenas do que Lula diz mas também do que faz. Vamos lembrar alguns fatos mais significativos. Frente à greve dos petroleiros, a manifestação mais importante da classe operária contra o Plano Real, Lula se pronunciou contra a greve nas chamadas atividades essenciais. Mais do que isso: juntamente com a cúpula da burocracia cutista, agiu no sentido de quebrá-la. Mais à frente explodiu o escândalo de corrupção na CPEM. O envolvido direto era Lula. Recentemente, Lula foi o maior defensor de uma candidatura de centro esquerda, liderada pelos partidos burgueses. Fracassada esta linha e implantada sua candidatura, saiu à procura de apoio de Antônio Ermírio de Moraes. Suas posições contrárias ao avanço da luta de classes no campo são bem conhecidas.

Não é preciso estender mais a descrição para se ver que Lula trabalha contra a classe de

sua origem. Entretanto, PCO faz que não vê, procurando assim preservar sua ardilosa elaboração de que Lula é referência do movimento operário, que sua candidatura é apoiada pelos sindicatos, MST etc.

A que ponto a camarilha dirigente de PCO corrompeu esta corrente que se reivindica do trotskismo. Quando houve as denúncias da CPEM, PCO caracterizou que se tratava de uma campanha da burguesia contra Lula. Que era uma campanha da burguesia não resta dúvida. Mas esta certeza não pode de forma alguma ser a certeza de que Lula não estava envolvido com seu compadre no esquema da CPEM. O caudilho simplesmente trabalhou para que nada fosse apurado. A comissão do PT, embora inocentasse Lula contra a força dos fatos, deixou evidências de seu comprometimento com os representantes da CPEM.

O que faz PCO? Inocenta Lula com o argumento de que se tratava de uma campanha da burguesia. Não é preciso dizer mais nada sobre o esforço de PCO resguardar a imagem do caudilho aburguesado. Interessa mostrar as trapas dos tais "marxistas" porque estes poucam de rigorosos e de os mais bem formuladores da política revolucionária. E há quem ainda acredita nesse exitismo.

Temos criticado desde o tempo em que PCO era apenas Causa Operária (CO) o fato de substituir a formulação original de governo operário e camponês por "governo dos trabalhadores", uma bandeira tradicional da Convergência Socialista, hoje PSTU. Explicamos que tal mudança se deu em função da adaptação de Causa Operária ao reformismo petista.

O PT ganhou projeção eleitoral e CO sob pressão formulou a bandeira de "vote em Lula, por um governo dos trabalhadores". O governo operário e camponês era concebido como resultado da revolução proletária, o que nem de longe se poderia admitir que tal governo poderia sair das eleições ou que serviria de bandeira eleitoral. O governo operário e camponês é o mesmo que ditadura do proletariado, que se implantará com a tomada do poder pela via revolucionária e que destruirá o Estado burguês.

Frente a essa crítica, seu "dirigente máximo", Rui C. Pimenta, escreveu um folheto intitulado "Paródia do Trotskismo". Explica que as variações governo operário e camponês, governo dos trabalhadores, governo das organizações dos trabalhadores etc. são fruto da criatividade. Tudo é a mesma coisa. Pelo visto, os dirigentes de PCO adoram esse tipo de criatividade, ou seja, de variabilidade.

Se a estratégia do governo operário e camponês determina a tática revolucionária, e esta é da insurreição arma-

da do proletariado e demais explorados, e se seu conteúdo é a ditadura do proletariado, então se trata de uma formulação histórica, de princípio. Certamente, não há razão para substituí-la a cada situação eleitoral. Ou formulá-la como bandeira eleitoral dirigida ao reformismo e ao caudilhismo lulista.

Agora PCO vem com a bandeira de "Com Lula, por um governo operário e camponês". Logo traduzida: apoio a Lula, por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. E "Com Lula, contra a frente popular". De fato a criatividade está aflorada entre os dirigentes de PCO. É que agora há um fato novo descoberto pelos criativos "trotskistas": o MST decidiu apoiar a candidatura de Lula. Está justificado o governo operário e camponês.

PCO concluiu que se formou "na prática" uma "enorme frente dos trabalhadores" "em torno da candidatura de Lula". Esta frente prática dos trabalhadores coincide com a proposta de PCO lançada ao PT de formação de tal frente eleitoral. Esta explicação conduz à conclusão de que a luta do proletariado contra a burguesia passa pelo apoio eleitoral a Lula. Assim, está colocada a "unidade dos explorados contra os exploradores".

Por esse raciocínio, PCO evita caracterizar o lugar de Lula na frente popular e a atuação da burocracia reformista em arrastar os sindicatos, CUT, MST e movimentos. Quanto à frente popular, Lula representa a ala mais disposta a contrair acordos com a burguesia. Os leitores de Causa Operária podem constatar que PCO evitou analisar o processo de formação da frente com o PDT do ponto de vista da responsabilidade de Lula. Anteriormente, mostramos que chegou a acobertar Lula no escândalo da CPEM. Evitou-se também a denunciar as posições de Lula em favor da frente burguesa de colaboração de classe. Desta forma, não pode ver que ao invés de uma frente dos trabalhadores contra o governo o que se passa é a arregimentação de uma parcela da classe operária por detrás da política de colaboração de classe. O reformismo atua claramente contra as tendências de luta dos trabalhadores, por onde se constituirá a "unidade dos explorados contra os exploradores".

O fortalecimento do reformismo significa fortalecimento dos obstáculos às lutas e ao avanço da independência de classe. A campanha de PCO por Lula obrigatoriamente fará com que falseie quanto ao papel reacionário da frente popular e de Lula. Toda retórica para justificar o apoio a Lula visa obscurecer a adaptação dos esquerdistas ao reformismo e às pressões eleitoreiras da frente popular.

Nacional



Mais um massacre contra os sem-teto em São Bernardo

Mais de 200 famílias foram despejadas violentamente do Jardim Falcão, em São Bernardo do Campo - SP. A área havia sido comprada pelas famílias por cerca de 9 mil reais, pagos à prestação. O vendedor, por sua vez, comprou-a de outro fulano. Obtiveram lucros fabulosos. Mas a área era de manancial de águas, portanto de construção de moradia proibida pela prefeitura da cidade. O despejo foi preparado por meses a fio (desde o início do ano), e realizado pela tropa de choque com cães, bombas e todo aparato represivo.

Mas os moradores resistiram. E foram ajudados pelos vizinhos, que se solidarizaram com os despejados, atirando morteiros e pedras nos policiais. Os confrontos duraram cerca de onze horas.

Ao final do dia, os policiais tiraram todos os pertences das casas recém-construídas ou em construção e a prefeitura levou embora. Os moradores perderam quase tudo que tinham na vida.

Apesar do apoio dos moradores vizinhos, o isolamento prevaleceu, principalmente porque as direções dos sindicatos operários não se colocaram em defesa e pela unidade com o movimento.

Ocupação ou compra de terrenos?

Nos últimos tempos, as ocupações de terra urbana vêm sendo substituídas pela compra de terrenos. As direções dos movimentos populares pensam que essa forma é mais segura que as ocupações, as quais geram confrontos. A aquisição seria mais

pacífica e controlável. Mas o despejo das famílias do Jardim Falcão mostrou o oposto: até mesmo a compra de terrenos pelos sem-teto coloca-se sob o risco da repressão burguesa.

O capitalismo em sua fase de decomposição não é capaz mais sequer de assegurar o direito elementar à moradia aos explorados. Os movimentos de sem-teto vão percebendo pela experiência que a luta pela moradia se dá em choque contra os capitalistas e seus governos, e depende da unidade com o movimento operário.

Denúncia

Favela Naval

Tribunal Militar inocenta policiais assassinos

A 1ª Auditoria Militar da Justiça Militar de São Paulo julgou 5 dos 8 PMs que participaram de espancamentos, torturas e roubos de moradores e do assassinato de Mário José Josimo, na Favela Naval em Diadema, em março de 1997, mas só foram julgados neste tribunal por prevaricação e lesão corporal simples, devendo ser julgados na justiça comum este mês.

Como resultado do julgamento, apesar das penas terem sido consideradas altas, os assassinos

torturadores foram condenados a prisão aberta, ou seja não terão de cumprir pena dentro da prisão.

Aqui vemos novamente como funciona a justiça burguesa, não como um poder independente, mas como mais um aparato que a burguesia utiliza para encobrir seus crimes de classe.

Somente um Tribunal Popular, organizado pelas massas em luta, poderá julgar de fato e com justiça os crimes da burguesia e de seus representantes, como é o caso destes policiais.



Denúncia:

Abaixo a perseguição política contra diretores do Sintusp Em defesa de Dinizete e Zé Roberto

Os funcionários do Hospital Universitário (HU) e diretores do Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP) Dinizete e José Roberto estão sob processo administrativo, movido pelo superintendente do HU a mando do reitor Markovitch. O "democrata" Markovitch confessa que decidiu "fazer sua própria justiça" e punir os diretores do Sintusp por suas declarações de que o superintendente do HU teria se negado a prestar a devida ajuda às vítimas da explosão do shopping de Osasco, há dois anos.

Trata-se de um ataque ao direito de livre expressão e à organização sindical. O que o reitor quer é calar a boca de quem se opõe e botar para fora do HU os dirigentes sindicais. A atitude do reitor e de seu cupincha devem ser rechaçadas pela comunidade universitária. A perseguição política desfechada contra os diretores do Sintusp não pode ser admitida de forma alguma, sob risco de abrimos um precedente no interior da universidade. Se o reitor consegue seu intento, nada o impedirá de fazer o mes-

mo contra professores ou estudantes que se manifestem contrários à sua política (e de Covas e FHC) de destruição do ensino público, neste caso da omissão em relação à assistência à população atingida pela explosão do shopping.

Todas as organizações estudantis e sindicais da universidade precisam lançar imediatamente uma campanha exigindo o fim dos processos contra Dinizete e José Roberto, e a plena liberdade de expressão e de organização sindical.

Concurso PEBII: demissão de milhares de professores

A reforma de ensino no estado de São Paulo já provocou a demissão de mais de 60 mil professores. Ora através da chamada reorganização da rede, que trouxe o fechamento de escolas, salas e turnos, ora através da mudança da grade curricular, diminuição do número de aulas de disciplinas e, agora, com o concurso para a efetivação de somente 47 mil educadores. Com isso, o governo segue firme na implantação dessa reforma educacional, que tem por estratégia a desobrigação do Estado para com a escola pública.

O concurso, uma reivindicação histórica do magistério, que se contrapõe ao enorme clientelismo na contratação dos funcionários públicos, hoje é usado para desempregar uma boa parcela de professores, que se encontram trabalhando nas escolas. Sabemos que no concurso se inscreveram mais de 150 mil, embo-

ra ainda não haja os dados oficiais, para disputar menos de um terço dos cargos. Somente esse elemento é fator de desespero daqueles que estão trabalhando e que poderão no final do ano letivo ser dispensados.

Por outro lado, mesmo sendo aprovado no concurso, não há nenhuma garantia de trabalho. O cargo é para 20 horas, o que impossibilita o professor de sobreviver. Isso obrigará a completar horas, necessariamente fechará com as poucas aulas disponíveis para os que não foram aprovados (ACTs). Ainda mais, não há nenhuma segurança (estabilidade). Esta já foi eliminada e todos os efetivos estão sujeitos a avaliação de desempenho.

Como se vê, o concurso não tem a função de ingressar os educadores às vagas. Ao contrário, o governo fecha primeiro várias escolas, reduz a grade curricular, amplia a jornada de trabalho e, depois, apresenta um número restrito de vagas. Ou seja, "enxuga" primeiro a rede, quando já demitiu milhares e como pretende impor mais demissões vem com a farsa democrática do concurso.

Nossa bandeira é emprego a todos. Nada de concurso para demitir. Fora com a farsa democrática do concurso. Que se efetive imediatamente todos que já trabalham. Que se reabram as escolas e salas fechadas. Que se reduza a jornada de trabalho, sem redução salarial. Trabalho a todos e

estabilidade no emprego são nossas reivindicações.

A diretoria da Apeoesp, ao invés de se colocar contra o concurso das demissões, tratou de fazer convênios com as escolas privadas para os cursos preparatórios. Os professores estão sendo jogados para os crediários para financiar o pagamento desses cursinhos. A burocracia sindical se aproveita do temor do desemprego da classe para estreitar os laços com esses convênios. Da mesma forma, outras correntes de esquerda têm utilizado o mesmo mecanismo, cobrando mensalidades dos professores para sustentar os cursinhos preparatórios.

A Corrente Proletária na Educação se colocou contra essa farsa do concurso, denunciou a burocracia sindical e todos aqueles que se aproveitam da situação em que foi posta o magistério. Assim, organizou, juntamente com alguns professores de oposição, na região Oeste-Lapa, um curso gratuito, que tem como eixo a denúncia do desemprego e o papel da burocracia sindical vendida. Os professores estão apreensivos em se preparar para a concorrência. O concurso coloca trabalhador contra trabalhador. A regional Oeste-Lapa aceitou fazer o curso, mas para denunciar o concurso e convencer os professores de que é preciso rechaçá-lo como manobra do governo para demitir.

Educação



UFRJ: um exemplo de luta em defesa da autonomia universitária

Os estudantes e funcionários da UFRJ têm realizado uma série de manifestações para protestar contra a indicação pelo governo federal de José Carlos Vilhena para reitor. Ele foi o terceiro colocado na consulta feita pela comunidade universitária e sua posse configura uma intervenção branca na universidade.

A UFRJ aplica na eleição do reitor o critério do voto universal, ou seja, cada membro

da comunidade universitária tem o mesmo poder de decisão em relação aos demais. Dessa forma, a principal força na universidade é o estudantado. E é justamente esse setor o que mais se levantou contra a intervenção federal.

A ocupação da reitoria, os atos e manifestações, o enterro simbólico, tudo isso aponta para o fato de que a forma mais democrática de escolha em urna do reitor mostra seus limites diante da sanha ofensiva governamental de destruição do ensino. A comunidade universitária da UFRJ levou a democracia formal ao seu limite. Instintivamente, começa a superá-la, por meio da ação direta. É necessário assimilar a experiência e

avançar na organização e luta universitárias. A mobilização em defesa da decisão da comunidade universitária se choca frontalmente contra as diretrizes destruidoras do ensino do governo. Assim, as necessidades da comunidade universitária só podem ser atendidas em oposição à ingerência estatal sobre a universidade, ou seja, coloca-se a necessidade da autonomia universitária, que se expressa no confronto da comunidade contra o Estado burguês. Para enfrentá-lo, somente com a mobilização. É preciso colocar em prática a assembléia universitária e lutar por sua soberania, que expressa o poder estudantil.

Congresso da USP ficou atrás do que já acontece no Rio

Em junho passado, a tese Poder Estudantil e militantes independentes defenderam no 5º Congresso dos Estudantes da USP a soberania da assembléia universitária e o voto universal. Os setores oficialistas defenderam a proposta da LDB: 70% de peso aos professores e 30% aos funcionários e estudantes, meio a meio. As correntes de esquerda e o reformismo petista se uniram para defender a paridade (1/3 de peso para cada setor na universidade), que foi aprovada. Essa posição é apenas quantitativamente diferente da proposta governista, porque ainda dá mais peso aos professores que aos

alunos, que são a maioria, portanto é antidemocrática. E é retrógrada em relação ao que é realidade na UFRJ.

A discussão tem se mostrado encoberta. O que está por trás desse debate é a oposição entre a concepção democrática formal (burguesa) sobre a organização e poder na universidade (voto em urna, paridade ou outra proporção, mandato irrevogável etc.), essencialmente institucionalista, e aquela baseada na democracia estudantil (ação direta, soberania das assembléias etc.), na utilização dos métodos de luta do proletariado e na unidade com o movimento operário.

Os estudantes do Rio podem avan-

çar duplamente, se conseguirem impor sua decisão pela mobilização: derrotarão o governo destruidor da educação e mostrarão o caminho para a reorganização da universidade sob controle da comunidade universitária, passo fundamental para colocar a universidade ao lado dos explorados contra os exploradores, na luta pelo socialismo.

Educação

Obras Completas de G. Lora chegam ao tomo XXXIII

Já estão editados os tomos XXXI, XXXII e XXXIII das Obras Completas de Guillermo Lora. É parte do trabalho internacional do Comitê de Enlace estudar, criticar e divulgar as experiências revolucionárias. Assim como fazemos com os escritos dos clássicos marxistas - Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo etc. -, o mesmo é necessário com as idéias de nosso momento.

As Obras Completas sustentam no mais alto as concepções marxistas e contribuem para a tarefa de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. A militância em torno das Obras é um dever revolucionário para quem entende a importância decisiva da luta pela construção do programa da revolução proletária e para a derrota ideológica da burguesia.

Trotsky reconheceu que a vitória do estalinismo contra a Oposição de Esquerda, liderada por ele, seria um duro golpe nos avanços teóricos do socialismo científico. De fato isso ocorreu, e hoje o proletariado paga caro por tal regressão. A destruição da III Internacional por Stalin e pelos partidos comunistas burocratizados, bem como a desintegração da IV Internacional, na década de 50, pelos revisionistas do Programa de Transição, desferiram um duro golpe na organização mundial do proletariado.

O POR boliviano, na pequena e atrasada Bolívia, se destacou por dar continuidade às conquistas do marxismo, conseguindo vincular-se fundo às massas oprimidas. As Teses de

Pulacayo, aprovada pelo Congresso Mineiro, em fins dos anos 40, balizou o desenvolvimento programático do POR no seio das massas. O abundante material político-ideológico contido nos trinta e três volumes já publicados refletem uma atuação partidária contínua e rigorosa, sem o que o POR não poderia atravessar períodos de grandes turbulências, contando entre elas situações revolucionárias e triunfo da contra-revolução.

Somente os pretensiosos esquerdistas, os estúpidos vaidosos e todo tipo de revisionistas, via de regra ignorantes, podem virar o rosto diante dessa importante conquista. As correntes e militantes que assim procedem capitulam ideologicamente frente às pressões dos preconceitos pequeno burgueses, quando não sob o peso do obscurantismo burguês.

A renúncia em considerar criticamente os resultados de anos de combate do POR no campo marxista-leninista-trotskista e ainda atacá-lo, quase sempre desconhecendo e deformando suas reais posições, como fazem os falsos trotskistas, contribuem para o seu isolamento internacional. Não há nada de marxismo nesta conduta, pelo contrário.

O POR brasileiro, seção do Comitê de Enlace pela IV Internacional, aos poucos compreende coletivamente a importância das conquistas do POR, vem avançando nesse sentido através da experiência conjunta no trabalho internacional. Aumentamos nosso empenho quanto à tarefa de difundir a teoria revolucionária que o POR

boliviano encarna. Em nossa pequena trajetória de construção, pudemos constatar o valor dos exemplos práticos e do método do trabalho internacional do POR boliviano. O maior empenho nessa tarefa auxiliará a estruturação do partido no Brasil, o que certamente será um pilar para reconstruir a IV Internacional.

Nos três últimos volumes publicados, destacam-se os seguintes temas: Curso de Marxismo para Operários, Sobre a Burguesia Nacional (tomo XXXI); História do Partido Operário (esse tema cobre os dois volumes, pois se trata da história do POR). Quem pretender adquirir as Obras Completas ou volumes avulsos basta solicitar a um militante do POR brasileiro ou escrever para nossa Caixa Postal, como consta no Masas.

Estamos elaborando um catálogo em que resumimos os principais temas de cada volume. Logo mais estará publicado.



3ª Conferência Nacional do POR

Prosseguimos neste número do Massas com o texto de contribuição às discussões sobre a situação internacional, por Atilio de Castro

2. A crise mundial é a crise da economia imperialista

No momento, a crise no Japão se constitui no epicentro da decomposição mundial capitalista. Como dissemos, é incorreto considerá-la como regional ou particular desse país altamente industrializado. As quebras ocorridas no período de estagnação e o tremendo impasse do capital financeiro têm os seus vasos comunicantes com as forças produtivas mundiais. São essas forças que se rebelam contra o seu encarceramento pelo capital altamente concentrado e centralizado nas potências, sendo que a maioria dos países semicoloniais se acha em profundo atraso.

Enquanto a crise se circunscreve aos débeis países capitalistas, não fica evidente o caráter estrutural da desintegração mundial. Ou seja, não transparece o fundo da contradição, que é a impossibilidade da economia na fase imperialista desenvolver as forças produtivas integradas, planejadas e voltadas às necessidades da humanidade. Mas quando a recessão e falências golpeiam os carros chefes da economia vem à tona o esgotamento histórico do regime de produção baseado na exploração do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção.

A forma monopolista de existência da produção e o domínio do capital financeiro por algumas corporações e países não são compatíveis com o desenvolvimento das forças produtivas. Sobrepõe-se à produ-

ção uma massa de capital financeiro sem aplicabilidade. Excedentes enormes de mais-valia são canalizados para o capital financeiro, que serão inutilizados pelo parasitismo. Esse mesmo capital força os capitalistas a dinamizarem artificialmente a economia. O esgotamento desse processo se converte em quebras industriais.

Ocorre que a superprodução e o grande endividamento de setores burgueses, bem como de uma camada da população motivada pelas facilidades creditícias, derrubam os valores e tornam os débitos impagáveis. Por seu turno, as ações ultra-valorizadas pela especulação começam a desabar. As quebras em um setor da economia logo atingem outros em cadeia.

As políticas econômicas dos governos e a conseqüente ação estatal em favor do parasitismo financeiro incidem sobre as tendências da economia mundial e por estas aquelas estão condicionadas, principalmente em se tratando de países imperialistas. A diretriz central dos Estados imperialistas está voltada para a sustentação do parasitismo financeiro.

Os dados sobre a economia japonesa, que no momento põe em evidência as contradições gerais do capitalismo, mostram um excedente extraordinário de capital financeiro. Tem a maior reserva cambial, a poupança interna é o dobro do seu PIB e um dos maiores credores de títulos públicos dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o governo reconhece que o sistema financeiro está ameaçado por um montante de 630 bilhões de dólares (16% do PIB e 15% de toda carteira de crédito) de "crédito podre". Há outra estimativa de que atinge 700 bilhões. Considerando os "créditos podres" e a dívida previdenciária chega-se a estrondosa soma de 1,5 trilhão de dólares. Os créditos se tornaram podres em razão do crescimento artificial da economia, que se manifestou primeiramente no ramo imobiliário. O mesmo aconteceu com grandes somas injetadas nos países do Sudeste Asiático. A maquiagem dos balanços e o acobertamento estatal das falcaturas não puderam ser sustentados por muito tempo. Configurou-se a situação de quebra de gigantescas instituições financeiras. Grandes conglomerados industriais (Keiretsu) enfrentam a queda das taxas de lucros. O governo japonês já gastou bilhões de dólares para salvar o sistema financeiro. Outros bilhões

estão previstos, sem contudo ter um prognóstico seguro de que a quebra será superada.

Os analistas mais otimistas consideram pouco provável um colapso financeiro que provoque quebras maiores do que as já ocorridas com a falência da Yamaichi Securities e o Hokkaido Takushoku Bank. Mas deixam transparecer que é preciso uma grande operação de salvamento por parte do Estado. O que implica expropriar parte da poupança da população através de impostos e de maior endividamento do Estado. Este terá de absorver uma parte significativa dos "créditos podres". Esse tipo de ação governamental foi feito pelos Estados Unidos na crise bancária dos anos 80. No Brasil ficou conhecido como Proer.

De fato o Japão tem recursos para serem "queimados". O problema está em saber qual será a profundidade da crise mundial que está em pleno desenvolvimento. É provável que esta se converta em depressão. Neste caso, a destruição de riquezas no Japão atingirá um patamar calamitoso.

Se o foco da crise está no Japão, a preocupação mais importante se dirige aos Estados Unidos. Está evidente que a supervalorização das ações em Wall Street tem em contrapartida o crescimento especulativo no seu poderoso mercado interno. A Europa já se encontra em situação difícil. A união monetária prevista para janeiro de 1999 está contaminada pelo pessimismo. Não há como resolver a crise de superprodução através do Tratado de Maastrich. Tem e terá a função apenas de acirrar a luta interimperialista.

O Japão e os Estados Unidos são a chave da crise mundial. A Alemanha, França e a Inglaterra se acham premidas e condicionadas pelos acontecimentos nesses dois pólos do imperialismo. Esta situação expõe com clareza que a crise mundial é a decomposição da economia imperialista.

3. Os choques interimperialistas

Logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos vitoriosos alcançaram uma tão ampla hegemonia nunca antes tida. A reposição das forças produtivas na Europa e Japão se deu sob o comando norte-americano. Entretanto, nas três últimas décadas se viram obrigados a ceder lugar às outras potências imperialis-



tas, entre elas os derrotados.

A luta pelo domínio de fatias do mercado mundial foi ganhando projeção e hoje comparece na forma de aberta guerra comercial. A corrida tecnológica e a busca do incremento da produtividade colocaram frente a frente os países imperialistas. O problema da abertura das fronteiras para fluir as transações comerciais e para ampliar o mercado de capitais, denominado de desregulamentação, adveio da crescente superprodução, do aumento excessivo do excedente financeiro e da tendência à queda das taxas de lucro.

As relações interimperialistas, que num determinado período do pós-guerra pareciam estáveis, mostraram-se cada vez mais dilaceradas. A retomada da crise mundial sob novos patamares lança as frações da burguesia imperialista umas contra as outras. E as frações burguesas semi-coloniais vão se adaptando e se prostrando perante os interesses gerais do imperialismo.

Evidentemente, as soluções para os impasses e para o processo de quebra, principalmente quando este amplia o seu raio de ação, como está agora acontecendo, não são consensuais. Em torno delas se decide qual setor sofrerá as maiores consequências; e cada país imperialista procura proteger suas fronteiras nacionais. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que está na base da crise geral capitalista, torna evidente a contradição entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial.

A década de 90 está marcada pela crescente tensão entre Estados Unidos e Japão. O imperialismo japonês comporta-se protecionista. Ao mesmo tempo, leva vantagens comerciais e é um grande exportador de capital financeiro para os Estados Unidos. O governo japonês teve de realizar mudanças de abertura de suas fronteiras, mas consideradas lentas e restritas.

O quadro da crise vem agudizar o choque de interesses. Com a desvalorização do ien, a balança comercial norte-americana se vê mais afetada, isso quando arrefece o impulso econômico da década e quando os prenúncios da crise surgem em sua economia. Contribui para isso a desvalorização da moeda no Sudeste Asiático e a recessão que atinge quase toda região.

O governo ianque pressiona o Japão para que tome drásticas medidas frente à recessão e ao quadro falimentar de grande grupos econômicos. Reclama do acobertamento da situação de bancarrota do capital financeiro.

Assim, está em questão que caminho o Estado nipônico terá de percorrer para solucionar o problema.

O imperialismo norte-americano, e de acordo com ele o europeu, reclama que a economia mundial não pode pagar pela quebra do Japão. O que quer dizer que o Estado deve assumir toda a sua responsabilidade, mas não como vem fazendo até agora. Deve assumir a responsabilidade ditada pelos demais interesses imperialistas. Exige-se assim que se descarregue a crise sobre a classe operária e a classe média, através de impostos expropriadores, desemprego etc. Quanto ao capital, deve pagar com falências, entrega de ativos aos credores e venda em leilões internacionais.

Um dos pontos centrais do conflito é o pleito dos Estados Unidos de maior abertura do mercado japonês para a penetração dos negócios exteriores. O fato da China estar sendo golpeada pela crise, perdendo assim mercado externo e arrefecendo o impulso econômico interno, e atender ao pedido dos Estados Unidos de não desvalorizar sua moeda, fazem parte da tremenda pressão internacional.

O mesmo se dá em relação à desintegração da Rússia. O Estado não tem como saldar os compromissos da dívida externa. A promessa de "ajuda" do FMI não pode ser cumprida se o governo russo não concretizar a linha de reformas pró-imperialistas. Fato esse que atinge mais diretamente os interesses do imperialismo europeu, uma vez que exerce maior influência na composição da dívida Russa e nas relações comerciais.

No Sudeste Asiático, o conflito também ganha grandes proporções em torno das pressões norte-americanas para que os ex-"Tigres" abram totalmente suas fronteiras e coloquem suas políticas econômicas à mercê do comando do FMI. Também nesse caso o Japão estaria ameaçado de perda de reserva de mercado regional. O Japão se utilizou do Sudeste Asiático para favorecer seus interesses ligados a ramos altamente tecnológicos e competitivos com as demais potências imperialistas. Entre outros, o mais importante é o da indústria de informática.

A superprodução nesse setor, combinada com outros da mesma importância, e a brutal queda dos preços, indicando o caminho da deflação, ameaçam a economia norte-americana. A desvalorização das moedas em relação ao dólar torna as mercadorias do Leste Asiático mais vantajosas. Esse fenômeno difícil de ser contornado com medidas paliativas tem de ser assumido pela via

das quebras e da reconcentração de capital.

Os Estados Unidos agem no sentido dos Estados nacionais abandonarem qualquer proteção aos capitais internos. Principalmente aos que estão em quebra, e que sejam expostos a leilões e fusões. Enfim, que sejam colocados na direção do movimento concentracionista, monopolista.

Essa radiografia mostra bem como as agudas crises abrem uma situação de disputa concentracionista. Os choques interimperialistas nesse sentido tendem a se agravar. As políticas de blocos já não parecem tão decisivas. Há frações poderosas da burguesia internacional que temem uma onda protecionista frente ao processo de desagregação. Nos Estados Unidos, tem força a fração que defende a crescente liberação dos mercados, desde que não afete os interesses norte-americanos, que como tal exerce o protecionismo quando suas mercadorias se encontram em desvantagem.

O fundamental disso tudo é entender que o processo de desintegração mundial irá se agravar no próximo período. E que a luta interimperialista não barrará esse fenômeno, pelo contrário, o expressará com maior contundência. A crise mundial é consequência de leis econômicas, de contradições insolúveis no sistema de produção coletiva e apropriação privada das riquezas. Vemos que o capitalismo se quebra por excesso de riqueza. No outro lado da contradição está o excesso de miséria das massas que produzem. Está aí o que o marxismo chama de decomposição imperialista, ou seja, a fase da barbárie capitalista.



Bolívia: "URMA ganha outra vez; 10 anos de trotskismo no magistério"

O título acima é do jornal boliviano "La Razón", de La Paz. Refere-se à vitória da "União Revolucionária do

Magistério", corrente sindical liderada pelo Partido Operário Revolucionário boliviano. Concorreram contra a URMA: "Alternativa 2000", que representa o governo (oficialismo), obteve 11,8% dos votos; VIVE (de esquerda) (8,5%); FUM (PCB, estalinista) (4,7%); TREMU (uma frente com participação do delator expulso do POR) (2,5%); BASE (Movimento Bolívia Livre - MBL) (2,5%). A URMA trotskista obteve 67,8% dos votos, portanto uma vitória esmagadora. Esse resultado se circunscreve a La Paz, capital do país. Também houve eleição no município de "El Alto" (O Alto), vi-

zinho a La Paz, onde URMA obteve 70% dos votos.

Frente a tal resultado, o jornal burguês "La Razão" dirá: "Estes dois triunfos convertem o trotskismo em um fenômeno inédito que há 10 anos reúne um respaldo político mas não ideológico". É evidente a surpresa dos porta-vozes da burguesia. Há ponto de pretenderem separar drasticamente o político do ideológico. O fato é que as bases do sindicato têm plena consciência de que os dirigentes eleitos são trotskistas, fenômeno desconhecido em outros países.

"La Razón" publicou várias declarações dos eleitores. Chama a atenção especialmente uma delas. Ei-la: "Eu votei por eles porque confio; os da Mega nos podem trair. Os trotskistas manejam com honradez a federação e são leais". Segundo o jornal, trata-se de um militante do oficialismo. A Mega a que se refere é a coligação governamental que sustenta o governo de Banzer que concorreu com o nome de "Alternativa 2000". Uma outra declaração também reflete o lugar do POR na luta contra a opressão capitalista e os ataques governamen-

tais contra a vida dos trabalhadores em educação. "É que ... nossos dirigentes (os trotskistas) demonstraram consequência; graças a eles conseguimos alguns pequenos benefícios. Nosso voto é nosso respaldo".

A importância dessa vitória transcende o sindicato dos professores. Trata-se do avanço das posições do POR entre as massas oprimidas bolivianas. A honradez, lealdade e a consequência não são qualidades que valem por si só. São expressão da tradução prática do programa revolucionário na luta de classes. O POR se destaca por ser claro na defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias. E, portanto, do método que coloca os problemas e as soluções nas mãos dos próprios trabalhadores.

É preciso ainda dizer que a vitória em La Paz e no El Alto é a continuidade da vitória obtida por URMA em Cochabamba, faz um mês. Esta é a segunda eleição ganha pelo POR, na terceira cidade do país. Em ambas, para obter a vitória, os trotskistas foram obrigados a enfrentar uma suja campanha do estalinismo (PCB) e o oficialismo (Mega), com ameaças e tentativa de corrupção dos leitores.

Internacional



China: Reflexos da Restauração Capitalista

O governo chinês anunciou a demissão de 400 mil operários da indústria têxtil neste primeiro semestre, podendo chegar a um total entre 6 e 14 mil demissões até o final do ano. Isto sem contar as 12 mil demissões ocorridas no ano passado.

A atual onda de demissões é de responsabilidade da política de "Reforma das Estatais", aceleradas desde a posse do Zhu-Rongji no cargo de primeiro-ministro e faz parte da política da burocracia chinesa de reformas restauracionistas do capitalismo.

A submissão do Estado Operário Degenerado às relações econômicas do sistema capitalista de produção se deu pela política estalinista da convivência pacífica com o

capitalismo e da tese de que se poderia desenvolver o socialismo em um bloco de países independentemente de outros sistemas econômicos. Essa idéia é consequência direta das teses do socialismo em um só país de Stalin.

Apesar de certos atritos entre a burocracia chinesa e a russa, a política estalinista foi seguida pelas duas burocracias e resultou na falência das próprias bases do Estado. E da louca tentativa de ambas as burocracias de desenvolver formas de se criar uma transição entre esta situação e a restauração capitalista.

Diferentemente da burocracia russa, que se estraçalhou em múltiplas frações, que se diferenciavam no ritmo em que as reformas seriam aplicadas, a burocracia chinesa conseguiu, apesar das dissidências internas e externas, elaborar uma política mais centralizada. O que esta não contava era com o agravamento da crise capitalista, que a obrigou à série de reformas que estão sendo implantadas.

O governo chinês optou pela demissão gradual dos trabalhadores por temer convulsões sociais impul-

sionadas pelos desempregados.

De fato, a criação de grandes bolsões de desemprego, onde anteriormente vigorava uma política planificada de pleno emprego, pode causar revoltas, como as que ocorreram na Iugoslávia e em outros países do Leste Europeu. Mas, assim como nestes casos, não trarão a vitória das massas sobre a burocracia. Estas mobilizações só poderão levar a uma vitória das massas se estiverem voltadas claramente a combater a restauração capitalista, ou seja, se forem dirigidas ideologicamente pelo proletariado, isto é, por um Partido Operário Revolucionário.

É possível que, nos confrontos que necessariamente terão de ocorrer, se dê o pontapé inicial para sua construção, mas esta tarefa será em muito dificultada pela falta do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Nossa solidariedade com o proletariado chinês em sua luta contra a restauração capitalista deve ser no reforço na construção do Partido Operário Revolucionário aqui no Brasil e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, em nível mais geral.

Argentina:

O Partido Operário lançou um chamamento à refundação imediata da IV Internacional

No sábado, 30 de maio, o Partido Operário realizou um ato no estádio fechado do Argentinos Juniors, para lançar a campanha pela "refundação imediata" da IV Internacional, com a participação de outros países (Juan Pablo Bacherer, expulso do POR boliviano como delator, representando a autodenominada "Oposição Trotskista do POR", Enric Monpo da Espanha do "Coletivo em Defesa do Marxismo"; Rafael Fernandes, do Uruguai, pelo "Partido dos Trabalhadores"; Peter Johnson, dos Estados Unidos, pela "Liga Trotskista"; Rui Costa Pimenta, do Brasil, pelo "Partido da Causa Operária"; Michael Savas-Matsas, da Grécia, pelo "Partido Revolucionário dos Trabalhadores"; e Fernando Brisolia, da Itália, pela "Refundação Comunista").

Um grupo de camaradas do POR interveio no acontecimento distribuindo uma declaração em que faz sua crítica às posições anunciadas na convocatória e destaca a resolução de 12 pontos aprovada oportunamente pelo Comitê pela Reconstrução da IV Internacional.

Na declaração se assinalava: "A IV Internacional só poderá ser reconstruída sobre as bases do Programa de Transição e a Teoria da Revolução Permanente, jamais sobre sua negação.

[...] Aqueles que convocam este Ato se caracterizam por levantar fórmulas que se contrapõem à Ditadura do Proletariado, manejando demagogicamente com a estratégia. O que querem dizer com a fórmula de Governo dos Trabalhadores? Trata-se de uma etapa prévia à ditadura do proletariado? Por que não colocar claramente a estratégia de governo operário-carnponês, como corresponde aos países semicoloniais, de economia atrasada e combinada? Por que não dizem com todas as letras que a ditadura do proletariado só pode ser o resultado de uma revolução social, proletária? O Governo dos Trabalhadores defendido poderá ser alcançado pela via eleitoral.

Suas intervenções eleitorais são democratizantes, limitadas a fazer algumas denúncias mais ou menos corretas e levantar alguma consigna, sem fazer uma denúncia de classe ao parlamento, às eleições, sem assinalar que até as reivindicações mais elementares das massas serão arrancadas pela ação direta. Nas campanhas eleitorais não levantam a estratégia da revolução e ditadura do

proletariado, como corresponde fazer segundo o trotskismo, nos processos eleitorais para ajudar as massas a superar conscientemente as ilusões democráticas. Não importa a quantidade de votos, mas sim a serviço de que política são conquistados.

A dissolução de "Política Operária" mudando até mesmo os estatutos, expulsando aqueles que se opunham a sua política cada vez mais democratizante e sua chamada a formar um "Partido dos Trabalhadores" são consequências dessa linha política.

Os partidos revolucionários de cada país devem traduzir a teoria da Revolução Permanente, levando em conta as particularidades nacionais, elaborando o programa da revolução, para poder romper definitivamente com as nefastas influências ideológicas do estalinismo e do nacionalismo pequeno burguês, para assim deixar de vacilar na luta de classes. Esta tarefa é depreciada pela maioria das correntes que se reclamam do trotskismo.

Viva a revolução e ditadura do proletariado

Desconhecemos a trajetória e programas das organizações que participaram e que se propõem a convocar uma assembléia internacional para resolver a refundação da IV. Mas sim conhecemos o PO da Argentina, que se oferece frente às demais organizações como modelo de como se pode levar adiante a construção da Internacional.

As proposições exitistas de PO pretendendo se convencer e convencer os estrangeiros de que são um fator da luta de classes na Argentina, dizendo, sem se corar, que dirigiram as últimas lutas operárias, estão a serviço desse autoconvencimento.

As intervenções dos oradores estrangeiros não avançaram nos aspectos programáticos centrais necessários para se levantar a IV refundada; e a estratégia da revolução e ditadura do proletariado apenas foi assinalada pelo orador da Itália (e, para o cúmulo, mal traduzida por Coggiola).

Tampouco adiantaram um balanço dos principais erros cometidos pelas correntes que se reclamam do trotskismo e que contribuíram para sua dissolução organizativa. Esse passo é fundamental para cometer os mesmos erros.

Não se assinalou se o regime da organização que se pretende refundar é centralista democrática ou se reeditam as federações de organizações através das quais cada organização desenvolve independentemente sua política.

Os oradores assinalaram uma ou outra vez as razões da urgência da refundação à luz dos acontecimentos da atualidade. Não duvidamos da urgência da tarefa, como sempre foi e será cada dia mais. Mas essa urgência não deve servir para alimentar uniões ligeiras.

Participamos neste e em todos os debates em que se coloque a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, tratando de evitar que se cristalizem novas tendências oportunistas e centristas e para poder desenvolver, com as tendências que estejam no terreno proletário, uma luta a pela efetiva reconstrução da IV sobre a base de princípios.

Esperamos conhecer os documentos que serão aprovados por essas organizações, nos vários dias de deliberações, para poder avançar mais na crítica de todas as concepções.

R. Basco."

(Extraído do Masas do POR argentino, nº 127) (Observação: o POR argentino rompeu programática e estatutariamente com o Comitê de Enlace, o que quer dizer que não poderá responder pela declaração a que se refere o artigo. Porém, o artigo é assinado por um militante que luta por derrotar a fração revisionista e recolocar o POR argentino nos quadros do Comitê de Enlace. As posições desenvolvidas no artigo são corretas e correspondem à aplicação da resolução de 12 pontos do Comitê de Enlace.)

Internacional



Nossa tarefa é fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Na terceira semana de julho foi realizada a reunião do Comitê de Enlace. Discutiu-se e se deliberou sobre os seguintes pontos: a) a ruptura do POR argentino com o Comitê; b) informes políticos das seções; c) resoluções organizativas.

a) O Congresso do POR argentino evidenciou seu afastamento definitivo do Comitê de Enlace. Manteve a falsificação de que o Comitê foi dissolvido pelo POR boliviano e brasileiro, quando apenas foram suspensas as reuniões até que o POR argentino punisse seu delegado por quebra da disciplina, conduta negligente com a segurança e trabalho fracional contrário ao centralismo democrático. O Congresso, além de manter a falsificação, de não assumir

a responsabilidade de sancionar seu delegado, aprovou mudanças em seus estatutos contrárias aos estatutos do Comitê de Enlace, que tem como norma expulsar delatores e ladrões do partido sem que estes tenham direito de recorrer. Ficou evidenciado também que o POR argentino começou a revisar as posições anteriores aproximando-se da política centrada do PTS argentino. O afastamento do trotskismo o coloca completamente fora do objetivo estratégico de reconstrução da IV

Internacional.

b) O informe sobre a Argentina se concentrou na demonstração do agravamento da crise econômica, a piora das condições de vida das massas e agudização da luta interburguesa em torno da sucessão presidencial. A defesa das reivindicações das massas e a constituição da frente única antiimperialista são fundamentais para avançar as lutas e a construção do partido revolucionário no seio das massas.

Sobre a Bolívia, informou-se que, depois do último conflito, houve uma baixa nos movimentos, mas os combates no campo permanecem em função da política pró-imperialista do governo em erradicar o plantio da coca. O agravamento da pobreza das massas mantém as tendências de agudização da luta de classes. O POR trabalha por se elevar organizativamente à altura das exigências da situação revolucionária. Um fato importante foi a vitória esmagadora nas eleições da Federação dos Professores de La Paz. A confiança dos trabalhadores na direção sindical do POR é o resultado da firmeza política e ideológica em defesa de suas reivindicações e da estratégia revolucionária. Trata-se da incorporação da política marxista-leninista-trotskista no seio dos explorados.

O informe da seção brasileira se concentrou na demonstração do avanço da desintegração do capitalismo interno sob o impacto da crise mundial e da implantação das medidas pró-imperialistas. As privatizações estão no centro das medidas em favor do imperialismo. A luta antiimperialista tem sido colocada plenamente. O reformismo e a burocracia sindical ligada ao PT têm sido um obstáculo à luta pelas reivindicações das massas e ao combate antiimperialista. A capitulação frente às privatizações tem anulado os sindicatos diante da ofensiva antinacional e antipopular do governo. As eleições presidenciais se dão nessas condições. As posições da frente popular, que sustenta a can-

didatura de Lula, estão mais à direita. Expressam claramente posições pró-capitalistas. E se mostra prostrada diante da ofensiva imperialista. A candidatura de esquerda do PSTU corresponde a uma manobra oportunista, pois apoiará a frente popular no segundo turno. A proposta de frente dos trabalhadores é eleitoreira. As correntes que a defendem se negam a organizar a frente única antiimperialista. O POR realizou sua 3ª Conferência e aprovou o voto nulo programático, que significa chamar os trabalhadores a rechaçarem tanto o governo FHC quanto a candidatura da frente popular (de conciliação de classe). Trata-se de intervir nas eleições defendendo as reivindicações das massas contra o governo, o programa antiimperialista e anticapitalista, e o método da ação direta.

O informe do Comitê Construtor do POR chileno demonstrou os impactos da crise mundial sob a economia chilena. O governo dito socialista é claramente pró-imperialista. A democracia burguesa é uma caricatura. As Forças Armadas pinochetistas ditam as ordens ao governo eleito. O democratismo do Partido Comunista chileno só tem servido para enganar os trabalhadores e evitar o combate ao governo pró-imperialista. A tendência é de agudização da luta de classes.

c) Sobre a questão organizativa discutiu-se a importância da revista Revolução Proletária. Aprovou-se a sua publicação no mês de agosto.

Discutiu-se também a importância da divulgação das "Obras Completas" de Guillermo Lora. Nela estão materializados longo período da luta de classes nacional e internacional, bem como da luta política contra as correntes estalinistas e revisionistas do trotskismo. Sua publicação é um grande esforço do POR boliviano, cuja importância transcende as fronteiras nacionais. A assimilação crítica da experiência do trotskismo na Bolívia é fundamental para a construção do partido mundial da revolução socialista.

